



Anais da Assembléia

N.º 130

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 123.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 142/79

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva consolidar a legislação tributária pertinente à Taxa de Segurança Pública.

A abaixo transcrita justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, contém o necessário detalhamento sobre a oportunidade e interesse público de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis:

“O reestudo da Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967, que instituiu a TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA, em nosso Estado, demonstrou, de forma clara e insofismável, a inequívoca necessidade de se consolidar toda a legislação decorrente, para que possam os órgãos policiais atingir o cumprimento integral das atribuições previstas no preceito constitucional específico.

Para tanto, o anteprojeto em proposição consubstancia o adequado escalonamento de atividades da estrita fiscalização e outorga policial, como do órgão encarregado do trânsito, acrescentando-se aquelas que correspondem à fiscalização com-

pulsória e abrangente da dinâmica social em permanente mutação.

A par da fiscalização sobre as atividades ligadas à proteção do meio ambiente, campo de extremo interesse nacional, propõe, o presente anteprojeto, suprir a lacuna da lei ora em vigor, no pertinente às insenções introduzidas, que objetivam, principalmente, possibilitar a expedição de documentos àquelas pessoas menos favorecidas, mediante a devida comprovação do atestado de pobreza. Pretende-se facultar com o dispositivo inovado, o desembaraçado atendimento oficial, como ainda, a obtenção pelos interessados, da documentação propiciadora de condições para o engajamento à força de trabalho socialmente construtivo.

Está o anteprojeto embasado no legítimo interesse público concernente à segurança, à ordem, aos costumes e às garantias oferecidas ao direito e uso da propriedade.

Estabelece, também, a definição do sujeito passivo como beneficiário direto do serviço policial utilizado ou posto à sua disposição, adotando, para os casos de autuação das infrações previstas, a formalização do competente procedimento administrativo-fiscal com rito de instrução contraditória e com a inscrição dos créditos tributários em dívida ativa, consoante a regulamentação a ser estabelecida por Decreto Governamental.

A UNIDADE PADRÃO FISCAL DO PARANÁ (UPFPR) que o anteprojeto objetiva instituir, para vigorar no próximo exercício financeiro, terá base de cálculo no valor de três mil cruzeiros e poderá ser atualizada para o exercício seguinte, na conformidade do § 2.º, do artigo 97 do Código Tributário Nacional, através de Instrução do Secretário de Estado das Finanças, obedecidos os coeficientes de correção monetária previstos no inciso II do artigo 23 da Constituição do País.

Preservando a legislação concernente ao FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNRESPOL – e ao FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO – FUNRESTRAN, pretende este anteprojeto viabilizar os recursos necessários para que os órgãos da Segurança Pública mantenham-se reaparelhados e fortalecidos ante o aumento inexorável da criminalidade que tem assolado a população brasileira de forma insidiosa e cruel.”

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a solicitação proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º – Esta lei consolida, com base no Inciso I, do art. 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, observadas as normas gerais de direito tributário consubstanciadas no Título IV, do Livro Primeiro do Código Tributário Nacional, bem como as responsabilidades inerentes à atividade da administração, desenvolvida, em consonância com o art. 54 da Constituição Estadual, no interesse concernente à manutenção da ordem pública e segurança interna.

FATO GERADOR

Art. 2.^o — Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Segurança (TS) quando o contribuinte utilizar serviço específico e divisível, prestado pelo Estado em órgãos de sua administração ou quando tal serviço for posto à disposição do contribuinte cujas atividades exijam do Poder Público Estadual, vigilância, visando a preservação da segurança, ordem, tranqüilidade, costumes e garantias oferecidas ao direito e uso de propriedade.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 3.^o — A base de cálculo da TS é a UNIDADE PADRÃO FISCAL DO PARANÁ (UPFPR), fixada, para utilização a partir de 01 de janeiro de 1.980, em Cr\$..... 3.000,00 (três mil cruzeiros).

§ 1.^o — A UPFPR será utilizada, em consonância com o § 2.^o, do art. 97 do Código Tributário Nacional, no mês de dezembro de cada exercício financeiro, para vigorar no exercício seguinte, através de instrução do Secretário de Estado das Finanças (art. 52, inciso II da Constituição do Paraná) mediante a utilização dos coeficientes de correção monetária de créditos tributários correspondentes ao imposto a que se refere o inciso II, do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2.^o — Para efeito do disposto no parágrafo anterior tomar-se-á como base o valor originário da UPFPR, fixado no "caput", desprezando-se nas ulteriores atualizações, as frações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Art. 4.^o — As alíquotas da TS serão as constantes das Tabelas anexas a esta lei.

Art. 5.^o — Quando a TS seja anualmente exigida de contribuinte novo e a atividade pública não coincida com o ano civil, será adotado o critério proporcional de cálculo em relação aos meses restantes, incluindo-se, todavia, o mês em que começou a ser exercido o poder de polícia.

SUJEITO PASSIVO

Art. 6.^o — Contribuinte da TS é toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia, ou ainda quem for o beneficiário direto do serviço ou ato.

Parágrafo único. O servidor público que prestar o serviço ou praticar o ato decorrente da atividade do poder de polícia, sem o pagamento da respectiva TS, ou com insuficiência de pagamento, responderá solidariamente com o sujeito passivo direto, pelo crédito tributário que deixou de ser extinto na época própria, (art. 124, inciso II do Código Tributário Nacional).

ÉPOCA E FORMA DE PAGAMENTO

Art. 7.^o — O pagamento da TS far-se-á antes de solicitada a prestação do serviço ou a prática do ato, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte e, tratando-se de renovação, observadas as seguintes épocas:

- I - quando a TS for devida por mês, até o décimo dia do período objeto da renovação;
- II - quando a TS for devida anualmente, até 31 de março do exercício financeiro objeto da renovação.

Art. 8.^o — A TS será paga em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora, observados os modelos de guias aprovados pela Secretaria de Estado das Finanças.

ISENÇÕES

Art. 9.^o — São isentadas da TS os atos e documentos relativos:

- I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;

- II - à situação dos servidores públicos em geral, ativos ou inativos;
- III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres.

FISCALIZAÇÃO

Art. 10 — A fiscalização do cumprimento da obrigação tributária concernente a TS compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública, na forma a ser estabelecida em resolução expedida pelo seu titular.

PENALIDADES

Art. 11 — A falta de pagamento da TS, assim como o seu pagamento insuficiente acarretará a aplicação da multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da TS, observadas as seguintes reduções:

- I - a quarenta por cento do seu valor quando o pagamento do crédito tributário ocorrer até trinta dias a contar da notificação do lançamento;
- II - a sessenta por cento de seu valor quando, decorridos mais de trinta dias do recebimento da notificação, o pagamento se fizer até o esgotamento do prazo de recurso se o notificado não for revel.
- III - a oitenta por cento de seu valor quando o pagamento ocorrer até sessenta dias a contar da data em que o contribuinte revel deveria integrar a instância com a reclamação.

Art. 12 — Todos os que adulterarem ou falsificarem guia de recolhimento do tributo ou, que, com conhecimento do fato, conservarem guia de recolhimento adulterada ou falsificada, ou, ainda, os que de qualquer forma contruibirem para a prática da adulteração ou falsificação, ficarão sujeitos à multa de valor igual a cem vezes o da TS devida, nunca inferior a uma unidade - padrão - fiscal do Paraná vigente ao tempo da infração.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 13 — As normas relativas ao procedimento administrativo-fiscal para apuração de infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à TS, bem como a forma de inscrição dos correspondentes créditos tributários em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecido na lei orgânica do imposto a que se refere o inciso II, do art. 23 da Constituição.

Parágrafo único. Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14 — A TS não é devolvida salvo se, paga na forma da lei, for eventualmente recusada a prestação do serviço ou a prática do ato.

Art. 15 — Fica mantida a legislação ao FUNRESPOL — Fundo Especial de Reequipamento Policial, criado pela Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1.970 e ao FUNRESTRAN — Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito, criado pela Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1.972.

Art. 16 — Ficam revogadas as Leis n.ºs 5.482, de 20 de janeiro de 1.967, 6.070, de 08 de janeiro de 1.970, 6.638, de 29 de novembro de 1.974, 6.766, de 30 de dezembro de 1.975, 6.972, de 30 de dezembro de 1.977 e 7.022, de 28 de dezembro de 1.978.

Art. 17 — A denúncia espontânea, formalizada nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional, excluirá a responsabilidade por infração, exigindo-se, no ato da regularização, além da TS devida, apenas a correção monetária e juros de mora.

Art. 18 — Na cobrança da correção monetária dos créditos tributários serão observados os coeficientes adotados para a atualização monetária do imposto a que se refere o inciso II, do art. 23 da Constituição.

Art. 19 — O termo inicial para cálculo da correção monetária da TS e das penalidades, bem como para a contagem dos juros de mora de 1%(um por cento) ao mês não capitalizáveis, será o mês seguinte ao em que ocorrer a infração.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 01 de janeiro de 1.980.

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA		BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO			
CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE	
	TABELA 1				
1.	ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO				10%
1.1	Certidão de "Silêncio" de registros criminais				
1.2	Atestados:				2%
1.2.1	Coletivos de interesse de empresas privadas, por pessoa.				4%
1.2.2	De antecedentes criminais.				
1.3	Cédulas:				3%
1.3.1	De identidade.				5%
1.3.2	2a. via de cédula de identidade.				3%
1.3.3	Retificação em geral.				

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA		BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO		
1:	CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL
		TABELA 2		
		ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL		
2.		Certidões:		
2.1		De laudo de necrópsia.		2%
2.1.1		De laudo de exumação e necrópsia.		3%
2.1.2		De laudo de lesões corporais para fins particulares.		2%
2.1.3		De laudos para processos e acidentes do trabalho.		2%
2.1.4		De exames toxicológicos.		4%
2.1.5		De exames anátomo-patológicos.		4%
2.1.6		De exames sexológicos.		2%
2.1.7		De exames de verificação de idade.		2%
2.1.8		De exames de sanidade mental.		2%
2.1.9		De exames de outras naturezas.		2%
2.1.10				
2.2		Taxa de embalsamento.		100%
2.3		Exames radiológicos.		20%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

1:

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
	TABELA 3			
3.	ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA			
3.1	Exames externos:			20%
3.1.2	Acidentes de trânsito na Capital.			70%
3.1.3	Acidentes de trânsito em outros Municípios			
3.2	Vistorias:			30%
3.2.1	Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital.			80%
3.2.2	Constatação de danos e vistoria de outra natureza, em outros Municípios			100%
3.2.3	Levantamento em questões possessórias.			
3.3	Exames diversos e pareceres; exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos.			100%
	NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devam ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.			

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA
1:

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO				
CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
T A B E L A 3				
3.4	Fotografias:			
3.4.1	Fotografias, legendadas e autenticadas até o tamanho 18x24 (1a. via).			4%
3.4.2	De mais vias, por unidade.			2%
3.4.3	Ampliações fotográficas até o tamanho de 30 x 40 (1a. via)			20%
3.4.4	De mais vias por unidade.			10%
	NOTA: Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30 x 40 serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.			
3.5	Cópias:			
3.5.1	Fotostáticas de documentos, para cada folha ou exemplar.			2%
3.5.2	Heliográficas por unidade:			
3.5.2.1	Medindo até 33 x 22.			3%
	Ultrapassando essa medida.			
3.5.3	De laudos, exceto fotografias e diagramas, por via.			5%
	NOTA: Não serão fornecidas cópias de laudos sem as respectivas ilustrações quando houver.			5%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

1: BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
	TABELA 4			
4.	ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL			
4.1	Alvará mensal para:			
4.1.2	Alto falante:			
4.1.2.1	Fixos ou móveis para propaganda em geral.		7%	
4.1.2.2	Fixos ou móveis para diversões		8%	
4.1.3	Boite, Music-hall, Grill-room, Drive-in, Uiscaria, Dancing ou Cabaré, Taxi-girl, Discoteca, Bar musical-noturno, Restaurante dançante e similares:			
4.1.3.1	Com "show" e com dança.		70%	
4.1.3.2	Sem "show" e com dança.		40%	
4.1.3.3	Sem "show" e sem dança.		30%	
4.1.2	Cinemas:			
4.1.2.1	Com exibição em qualquer bitola, em cidades de até 50.000 habitantes.		5%	
4.1.2.2	Com exibição em qualquer bitola, em cidades com mais de 50.000 habitantes.		10%	

1:

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA		BASE DE CÁLCULO: UFP PR VIGENTE NO EXERCÍCIO		
CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ANUAL	MENSAL	POR VEZ/
4.1.2.3	Até 4 sessões semanais.		8%	
4.1.2.4	Até 4 sessões por dia.		20%	
4.1.2.5	Com lotação até 1.000 lugares.		20%	
4.1.2.6	Com lotação superior a 1.000 lugares.		25%	
4.1.2.7	Com mais de 4 sessões por dia.		30%	
	NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20% e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50%.			
4.1.2.8	Cinemas tipo (drive-in) ou similares.		20%	
4.1.3	Jogos de habilidade, através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica; jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia, alvará por unidade.			4%
4.1.4	Execução musical, fonomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto falante ou similares, em casas de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável.		4%	

4.1.5	Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrônica, com ou sem inserção de moeda, em bar, confeitaria, leiteria, sorveteria, lancharia, ou em outros estabelecimentos congêneres.		4%	
4.1.6	Parque ou Stand:			6%
4.1.6.1	Por aparelho ou local de atração.			
4.1.7	Parque de patinação e piscina pública em recinto aberto ou fechado.			15%
4.1.8	Jogos de carteados lícitos, permitidos em sociedade legitimamente constituídas, alvará por mesa.			40%
4.1.9	Rádio emissora e Televisão.		6%	
4.2	Alvará para:			
4.2.1	Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingressos, mesa ou convite:			
4.2.1.1	Em cidades com até 50.000 habitantes, por baile.			12%
4.2.1.2	Em cidades com mais de 50.000 habitantes, por baile.			15%
4.2.1.3	Nos distritos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile.			16%

4.2.2	Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:			
4.2.2.1	De 1 a 5 dias de espetáculos.	8%		
4.2.2.2	De 6 a 10 dias de espetáculos.	10%		
4.2.2.3	De 11 a 15 dias de espetáculos.	15%		
4.2.2.4	De mais de 15 dias de espetáculos.	20%		
4.2.3	Luta livre, box ou similares, com entradas pagas por espetáculo.			10%
4.2.4	Gelorama ou similares, por dia.			30%
4.3	Registro de:			
4.3.1	Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. (anual)		20%.	
4.3.2	Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se referem o item 4.1.3 e subitens desta Tabela (anual)		25%	
4.3.3	Salões de bailes denominados "públicos" ou "populares", ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes (anual)		20%	
4.3.4	Pessoas que operam neste setor, inclusive para o fornecimento de carteiras:			

4.3.4.1 4.3.4.2 4.3.4.3 4.4	Bailarinas de sala. Artistas e auxiliares teatrais. Empresários e proprietários. Por vistoria nos estabelecimentos previstos nesta Tabela.			2% 3% 10% 20%
5.1	T A B E L A 5 Bilhares e snooker, bilhareto ou bilhar americano explorado por pessoa física ou jurídica que não seja instalado em sociedade recreativa registrada na Delegacia de Polícia, Alvará mensal - por unidade.			4%
6.1 6.1.1	T A B E L A 6 Certidões: De autos de inquéritos policiais, processos contravencionais, etc, por folha.			1%

6.1.2	Negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Veículos	4%		
6.1.3	Negativas expedidas pela Delegacia de Anti-Tóxicos.	4%		
6.1.4	Certidões diversas, de atos praticados em Delegacias de Polícia e outros órgãos policiais, não compreendidas nas Tabelas desta lei.	3%		
6.2.1	Atestados diversos, fornecidos pelas autoridades policiais.	1%		
6.3	Recebimento de petições, requerimentos ou queixas em delitos de ação privada.	5%		
6.4	Diária pela permanência de veículos apreendidos, no interior das Delegacias, após a notificação do respectivo proprietário.	1%		
6.5	Transporte, por guincho, de veículo apreendido, até 25 quilômetros.	15%		
7.	TABELA 7			
7.1	ATOS RELATIVOS À ESCOLA DE POLÍCIA CIVIL. Inscrição no Curso de Formação de Vigilantes da Escola de Polícia (Decreto 2140/76) por aluno.	16%		

7.2	Expedição de Certificados diversos pela Escola de Polícia.			5%
8.	<div>T A B E L A 8</div> <div>ATOS RELATIVOS A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES</div>			
8.1	Alvará			
8.1.1	Para Agências de Informações - anual.	100%		
8.1.2	De fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem ou reformem armas em geral - anual.	16%		
8.1.3	De fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:			
8.1.3.1	Fabricantes - anual	100%		
8.1.3.2	Representantes - anual	35%		
8.1.3.3	Comerciante - anual	35%		

8.1.4	De fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - semestral.			20%
8.1.5	De habilitação para exercer a profissão de encarregado de fogo e/ou técnico de explosivos "blaster" - anual.	4%		
8.1.6	De licença para transporte de mostruário de armas e munições - anual.	35%		
8.1.7	Licença para o comércio de fogos de artifícios:			
8.1.7.1	Firmas atacadistas - anual.	40%		
8.1.7.2	Firmas varejistas - anual.	35%		
8.1.8	De licença para o transporte de inflamável ou explosivos - alvará semestral:			16%
8.1.8.1	Autônomo - por unidade transportadora.			20%
8.1.8.2	Empresa - por unidade transportadora.			
8.1.9	De vistoria em fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis - semestral.			16%
8.1.10	De licença para uso ou emprego de explosivos - semestral.			25%
8.2	Registros anuais:			
8.2.1	De arma de defesa pessoal.	20%		

8.2.2	De arma de tiro ao alvo ou caça.	20%		
8.2.3	De museus ou colecionadores de armas:			
8.2.3.1	Até dez armas.	10%		
8.2.3.2	Mais de dez armas.	30%		
8.2.4	De hotéis, motéis, pensões e similares:			
8.2.4.1	Até dez quartos.	16%		
8.2.4.2	De onze a vinte quartos.	25%		
8.2.4.3	De vinte e um quartos a cinquenta quartos.	35%		
8.2.4.4	De mais de cinquenta quartos.	100%		16%
8.2.5	Transferências de registros em geral.			
8.3	Atestados:			
	De idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos.			5%
8.4	Licenças:			
8.4.1	Para o porte de armas de defesa pessoal:	20%		
8.4.1.1	Para motoristas profissionais - por ano.	20%		
8.4.1.2	Para particulares em geral - por ano.	100%		

8.4.2	Para trânsito de armas de caça - anual.	50%		
8.4.3	Para trânsito de armas de tiro ao alvo - anual.	50%		
8.4.4	Para compras de armas e munições.			5%
8.5	Certidões:			
8.5.1	De vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis.			16%
8.5.2	Diversas, não compreendidas nesta Tabela.			10%
8.6	Certificados de cumprimento do Decreto 2.140/76 - anual.	100%		
8.7	Sistema de alarma, por agência bancária, certificado de regularidade - mensal		10%	
8.8	Alvará de funcionamento de Empresas de Segurança Bancária de conformidade com a legislação vigente, anual ou prorrogação.	50%		
8.9	Alvará para Empresas que Vigias e Guardiões em empresas que mantenham serviços próprios de vigias e guardiões.	30%		
8.10	Atestado de regularidade das Empresas de conformidade com a legislação vigente: Por atestado:			4%

8.11	Alvará para veículo blindado de transportes de valores, de acordo com a legislação vigente.	10%		
8.12	Por alvará ou revalidação-semestral.	30%		
8.13	Certificado definitivo para as Agências Bancárias, no que diz respeito ao sistema de alarme, de acordo com a legislação vigente.	0,5%		
8.14	Expedição de Carteira para Vigilantes, Vigias e Guardioes: Por carteira expedida - 1a. via. Por carteira expedida - 2a. via. Licença para funcionamento da Empresa fornecedora, locadora ou instaladora de sistema de alarme para instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito que funcionam em lojas ou escritórios: Por licença anual.	1%	50%	
9.	T A B E L A 9 ATOS RELATIVOS À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.			
9.1	Alvarás:			
9.1.1	De fiscalização de Empresa de extração de madeira ou desmatamento, por empresa - anual.	50%		
9.1.2	De fiscalização em indústria de conservas de produtos de origem florestal por empresa, anual.	50%		

T A B E L A 10			
ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO			
10.	Habilitação de condutores:		2%
10.1	Aprendizagem e autorização para conduzir veículos - por vez.		1,5%
10.1.1	Provas escritas ou orais, sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais,		1,5%
10.1.2	e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais - por vez.		
10.1.3	Provas práticas da direção na via pública - por vez.		4,5%
10.2	Exames:		4,5%
10.2.1	De sanidade física e mental - por vez.		3%
10.2.2	Psicotécnico - por vez.		3%
10.3	Carteira Nacional de Habilitação - por vez.		3%
10.4	Averbação da Carteira Nacional de Habilitação - por vez.		
10.5	Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação - por unidade.		
10.6	Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a seis meses - por vez.		5%
10.7	Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses - por vez.		5%
10.8	Licenças diversas:		
10.8.1	Às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais - anual.	20%	
10.8.2	Para trânsito do veículo, sem placas, mediante licença especial de parabrisa, até 15 dias - por dia.		1%
10.8.3	Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) - por vez.		8%
10.8.4	Para uso de placa experiência - por dia.		8%

10.8.5	Para estacionamento em faixas de estacionamento - pontos de estacionamento de veículos de aluguel - anual.	8%		
10.9	Autorizações diversas:			8%
10.9.1	Para substituição, remarcação ou regravação de motor - por vez.			8%
10.9.2	Para remarcação ou regravação de chassis - por vez.			20%
10.9.3	Para remontagem de veículos - por vez.			20%
10.9.4	Para pequenas adaptações, no veículo, de acessórios não convencionais - por vez.			
10.9.5	Para colocação de dispositivos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físicos - anual.	2%		
10.9.6	Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito - por dia.			8%
10.9.7	Para guinchamentos privados - por guincho - anual.	8%		
10.10	Registros diversos:			
10.10.1	Registro de despachante - anual.	70%		
10.10.2	Registro de auto-escola - anual.	70%		
10.10.3	Registro de instrutor de auto-escola - por vez.			8%
10.10.4	De oficinas mecânicas que regravem motores e chassis de veículos ou efetuem a substituição de motores - anual.	50%		

10.10.5	De estabelecimentos que comerciem com veículos irrecuperáveis ou peças básicas (motores e chassis) - anual	50%		
10.11	Serviços diversos:			
10.11.1	Certidões - por unidade.			
10.11.2	Fotocópias de documentos de habilitação e prontuários por unidade.			
10.11.3	Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados - por unidade.			
10.11.4	Levantamento de acidentes à conta do causador devidamente julgado - por vez.			
10.11.5	Substituição de certificado e registro - por vez.			
10.11.6	Segunda via do certificado de registro - por unidade.			
10.11.7	Vistorias domiciliares - por vez.			
10.11.8	Substituição de placas - por vez.			
10.11.9	Guinchamento - por vez.			
10.11.10	Estadia no estacionamento oficial do Detran - por dia.	2%		1%
10.11.11	Apostilas em certificados - por unidade.			

1%

0,5%

1%

4%

4%

4%

20%

2%

15%

1%

2%

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 147/79, que autoriza o Poder Executivo permutar com o Município de Foz do Iguaçu, os Lotes n.ºs 12 e 13, da Quadra 01 da Zona "C" da cidade, com área de 3.600 m², de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, com a aprovação do Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor CAMILO RAMALHO MATTA, Tabelião do Município de Astorga, ocorrido no último sábado, dia 13 de outubro.

Que, da decisão, comuniquem-se seus familiares, os senhores serventuários da Justiça dos Municípios de Astorga e Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento ocorrido em data de 17/10/79 do Sr. DOMICIANO THEOBALDO BREZOLIM, figura emérita e muito querida no seio da cidade de Cascavel, onde prestou relevantes e inesquecíveis serviços.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BRONHOLO, ocorrido no dia 14 do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Pedro Obret, à rua Xavier da Silva s/n, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, inserção nos Anais desta Casa, da manifestação de pesar pelo falecimento das professoras KASUKO OHARA e BEHAIR EDNA MENDONÇA, ocorrido em Londrina.

Requer, outrossim, que as famílias enlutadas sejam científicas por telegrama.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à Sr.^a LADY CUNHA, pelos relevantes ser-

viços prestados ao Setor de Taquigrafia da Assembléia Legislativa, onde por mais de 30 anos atuou de maneira brilhante, culminando por se aposentar no último dia 8 de outubro.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Não basta ter qualidades, é preciso também saber usá-las para conseguir angariar o respeito e admiração de todos. Foi o que aconteceu com a Sr.^a LADY CUNHA, que por mais de 30 anos prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná, atuando junto à Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa, onde foi professora da maior parte das taquígrafas que trabalham hoje na Casa. Participou ativamente de todas as CPIs criadas no Legislativo Estadual e colaborou de forma efetiva, com todas as Comissões Permanentes ou Especiais. Exerceu também a Chefia da Divisão de Taquigrafia da Câmara Municipal de Curitiba, onde deixou grandes amigos e muita saudade. No último dia 8 de outubro ela conseguiu a justa aposentadoria, merecendo nossas homenagens, em nome do povo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Viação Garcia que a poucos dias assumiu o controle acionário da Empresa de Transportes de Passageiros Ouro Branco, inaugurou uma linha de carro leito, direto de Cornélio Procopio a Curitiba.

A medida que desde há muito tempo era esperada, causou grande alegria à população não só de Cornélio, mas de toda a região. Por este motivo e associando-me as manifestações de apreço do povo de nossa região, o Deputado que o presente subscreve, dentro das atribuições que lhe são conferidas, REQUER o registro de um voto de congratulações à VIAÇÃO GARCIA, por essa iniciativa que em muito virá contribuir para o conforto daqueles que demandam à Capital do Estado.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência aos senhores diretores da VIAÇÃO GARCIA em Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado um voto de louvor à ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AVICULTURA - APAVI, pela inauguração, em data de hoje, de sua sede própria, localizada à Rua Marechal Deodoro, n.º 252 - 6.º andar, conjunto 601, Edifício Nossobanco.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste se dê conhecimento à APAVI, com endereço acima citado, bem como ao ilustre Doutor JOÃO BATISTA TEIXEIRA LESSA, agente regional da APAVI para a Região Sudoeste e residente no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A APAVI tem se destacado, mercê do trabalho de sua ilustre direção e de seus associados, como uma entidade de classe que realmente luta por seus altos objetivos, conseguindo carrear para o setor da Avicultura Paranaense inúmeros benefícios.

Hoje, numa demonstração inequívoca de sua pujança, inaugura sua sede própria e, por esta razão e porque cremos que é dever desta Casa do Povo solidarizar-se com entidades realmente atuantes, dos mais variados setores da economia paranaense, é que propomos este voto de congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições, REQUER o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, solicitando reabertura de funcionamento no período noturno, das balsas que fazem a travessia Paraná-Mato Grosso do Sul, em seus diversos portos, notadamente a do Porto Felício, no Município de Querência do Norte.

Que, da decisão, comunique-se o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Senhor Exator de Rendas Estaduais de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do enorme volume de café contrabandeado através do Porto Felício, no Município de Querência do Norte, e outros, resolveram as autoridades paranaenses, simplesmente determinar a paralisação, no período noturno, do serviço de balsas que transportam cargas e passageiros naquele percurso em seus dois sentidos — Paraná-Mato Grosso do Sul e vice-versa.

Entendemos não ser esta, absolutamente, a medida que colocará fim à prática do contrabando, além de, injustamente, provocar sérios transtornos aos viajantes, empresas de ônibus e motoristas em geral, isentos de quaisquer suspeitas. Sugerimos portanto, o aumento do efetivo humano — agentes fiscais e policiais — para o exercício de um rígido controle na travessia. Para os contraventores, a atitude em prática, em nada os intimida. Ao contrário de Leônidas no desfiladeiro das Termópilas, respondem simplesmente: "melhor - contrabandearemos à luz do Sol".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de expediente ao Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil - 6ª Região -, solicitando medidas para proporcionar financiamentos para os posseiros das ilhas do Rio Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Quando se fala em legalização fundiária aborda-se, especificamente, os problemas referentes ao território estadual propriamente dito. Esquece-se os portadores de títulos de posses de pequenas áreas localizadas nas dezenas de ilhas de nossos rios, principalmente as do Rio Paraná, em sua divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Nelas, milhares de agricultores também participam, heroicamente, da tarefa de produzir alimentos.

Aliás, eles ainda se dedicam à produção de alimentos básicos para o consumo interno, pois não foram contagiados pela febre gananciosa da fome das multinacionais. Produzem arroz e feijão. Plantam milho, banana, cana-de-açúcar e hortaliças.

São heróis porque, além de sofrerem os prejuízos anualmente causados nas épocas das enchentes — resignados —, perseveram em seus labores, mesmo marginalizados pelos órgãos creditícios.

Ora, como exigência primeira para o credenciamento a financiamentos agrícolas é a apresentação da escritura definitiva e, como as ilhas fluviais são jurisdicionadas pela Marinha brasileira não se permitindo apropriação definitiva, os posseiros estão praticamente impedidos de obterem empréstimos, pelo fato de não possuírem tal exigência como garantia. O objetivo principal desta proposição, é justamente o de oferecer sugestão para corrigir esta distorção, esta discriminação.

Que se estude, portanto, a aplicação de mecanismo que propicie condições para que o lavrador de nossas ilhas, também se beneficie das faixas de crédito oferecidas pelo Banco oficial, o Banco do Brasil S/A.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, apelando no sentido de que Sua Excelência determine a pavimentação asfáltica da estrada ligando o Distrito de Braganey a Corbélia, cuja obra está sendo ansiosamente esperada pela população do município, especialmente de Braganey, pela indiscutível necessidade para escoamento da sua produção agropecuária, de grande destaque na economia do município.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Oziel de Almeida, Digníssimo Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, solicitando que seja incluída a cidade de Campo Mourão entre as autorizadas a abrir os postos de gasolina aos domingos e feriados.

Sala das Sessões em 18 de outubro de 1979.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão está situada na "Rota do Turismo", pois para lá afluem pessoas do Norte do Brasil e de São Paulo, este distante do município em tela aproximadamente 700 km e de Foz do Iguaçu a mais de 300 km, o que por certo justifica plenamente que Campo Mourão, esteja com seus postos de abastecimento abertos durante os domingos e feriados.

Dado as razões expostas solicitamos a compreensão de Vossa Excelência para essa nossa solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Conselho Nacional de Petróleo, Ministério do Planejamento, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Transportes, além das respectivas e idênticas Secretarias de Estado, no sentido de que seja autorizado o abastecimento dos carros usados pelos viajantes/representantes comerciais.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Diante de inúmeras concessões já efetuadas pelos órgãos federais responsáveis por tal setor, tais como a autorização de abastecimento nos finais de semana para a rota do turismo e para táxis, vimos ora pleitear semelhante medida para atender um setor altamente produtivo em termos de desenvolvimento da indústria e comércio, que traz consigo uma rápida circulação de riquezas, junto às mais variadas regiões do Estado.

Da decisão do Plenário, solicito seja dada ciência às Associações de Viajantes existentes nas cidades do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de telex à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, solicitando que os membros da mesma visitem os municípios do Estado do Paraná que terão áreas inundadas pela represa da Hidrelétrica de Itaipu, ou que seja instalada uma sub-comissão para analisar e se posicionar sobre o assunto e suas consequências.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

As indenizações, às áreas que serão inundadas no futuro, estão paralisadas temporariamente ou são feitas com morosidade.

O "quantum" pago a essas indenizações **continuam aquém** do valor real e justo das terras e propriedades daquela região, causando, assim, enormes prejuízos aos agricultores e comerciantes lá instalados.

Os critérios para indenizações continuam incertos e indefinidos em quase todos os casos. Há situações de desestruturação da vida social dos núcleos urbanos, obrigando, indiretamente, os moradores a venderem suas propriedades pelo preço que não o adequado, justo e de direito.

As áreas inundadas são de extraordinária fertilidade e elevada produtividade, mas pouco se conhece sobre a situação pós-Itaipu.

É indispensável que a Comissão de Agricultura da Câmara Federal tenha uma visão "in loco" do que vem ocorrendo para melhor se posicionar em defesa das famílias indenizadas e indenizáveis.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI N.º 167/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e tem como finalidade cuidar do problema do excepcional deficiente mental, auditivo, da visão e das atividades motoras, provendo o seu bem-estar, sua proteção e seu ajustamento onde quer que se encontre, estimulando os estudos e pesquisas relativo ao problema.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei. A APAE de Primeiro de Maio, pela sua própria condição, justifica o presente pedido.

PROJETO DE LEI N.º 168/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como mantenedora a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio - PR, tem como objetivo oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança no nível pré-escolar, iniciando-a na vida da comunidade no nível escolar, o desenvolvimento do raciocínio das atividades de expressão da criança e sua integração no meio físico e social; possibilitando a aquisição de hábitos e atitudes da vida social, bem como preenchendo as lacunas e deficiências da educação fami-

liar, incluindo as deficiências alimentares. Preparar, no primário, a criança emocionalmente e psicologicamente para a escola primária, através do seu desenvolvimento sensorial, motor e intelectual.

E, no primário, oportunidades para desenvolver ao máximo as suas potencialidades, desenvolvendo seu espírito criador e preparando-a para a vida de comunidade, ao mesmo tempo em que se procura elevar o seu grau cultural e social.

A referida entidade encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei. Pela sua própria condição, o Centro de Recreação Tia Izaura justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 169/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL - NEECE", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A "NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL", indicada também pela sigla N.E.E.C.E., constitui uma associação civil de caráter cultural e filantrópico e tem sua sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Independente de qualquer organização política, racial ou religiosa, a NEECE objetiva, dentro de suas possibilidades, congregar e solidarizar pessoas do próprio município e de municípios vizinhos, em torno do ideal comum de educação das crianças excepcionais, no sentido de ampará-las, e defendê-las nos seus justos interesses e aspirações materiais, morais e espirituais.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. A NEECE, por sua própria condição, justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 170/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos e tem por objetivo proteger e assistir a maternidade e a infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente, higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência, antes, durante e depois do parto; prestação de assistência médica à criança, à gestante e à nutriz enferma; assistência alimentar à criança, à gestante, ao lactente em estado de nutrição ou reconhecidamente pobre, principalmente de família com prole numerosa. Proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas, bem como de pais comprovadamente pobres. Proteção, tratamento e educação de crianças com empecos físicos, mentais e sociais (surdas-mudas, aleijadas, cegas, parafíticas etc.). Assistência à crianças cujas mães trabalham fora do

lar, e outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A APMI de Primeiro de Maio encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. Por sua própria condição, a entidade em apreço justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 171/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PECÚLIOS DOS EXECUTIVOS - ASPE, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, com representação nesta Capital, de conformidade com a Lei Estadual 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pecúlios dos Executivos - ASPE, constituída efetivamente em 05 de janeiro de 1972, é entidade de fins não lucrativos, de direito privado, fundamentada no Código Civil Brasileiro e na Resolução n.º 41, de 16 de dezembro de 1968, do Conselho Nacional de Seguros Privados; é inspirada, conforme texto de sua Ata de Constituição, "nos princípios universais e nacionais que estruturam o bem-estar social e contribuem para a realização do bem comum".

Entendemos que a ASPE, cuja sede encontra-se na cidade do Rio de Janeiro, mantendo escritório de representação nesta cidade de Curitiba desde outubro de 1977 a nível regional, vem prestando, conforme expõe sua carta estatutária, relevantes serviços no campo da implantação e controle de planos beneficiários, obedecidas e observadas igualmente as práticas previdenciárias, objeto final da Associação.

Pela importância e magnitude dos serviços prestados e em prestação, pelo preenchimento de todos os dispositivos legais que regem o assunto, solicito dos Senhores Parlamentares a aprovação desta matéria.

PROJETO DE LEI N.º 172/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Autoriza o Chefe do Poder Executivo Estadual a instituir o regime de remuneração pelo Estado, em favor dos advogados que, nomeados pela autoridade judiciária competente, promovam no juízo cível ou criminal a defesa dativa ou a assistência judiciária das pessoas pobres.

Art. 2.º — O direito a honorários, de que trata esta lei, estende-se:

I — ao curador de réu menor necessitado, quando nomeado pelo juiz, na forma do art. 262, do Código de Processo Penal;

II — ao estagiário acadêmico de Direito, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, sendo que a este caberá uma cota-parte dos honorários fixados para o advogado a quem tenha auxiliado no patrocínio das causas, desde que não remunerados pelos cofres públicos.

Art. 3.º — É condição básica, para percepção das vantagens ora instituídas, o acompanhamento do processo, com zelo e diligência, em todos os seus termos, até sentença final.

§ 1.º — Na substituição, por justo impedimento do advogado inicialmente nomeado, seus honorários e os do substituto serão fixados na proporção dos serviços que cada qual haja prestado.

§ 2.º — Igual proporcionalidade será observada na hipótese do art. 263, do Código de Processo Penal.

Art. 4.º — Para efeito desta lei, dever-se-á manter, quanto possível, o critério de rodízio entre os advogados, na distribui-

ção dos encargos da assistência judiciária e na defesa dativa.

Art. 5.º — Não será devida a remuneração do advogado, quando:

I — o beneficiário da assistência judiciária, em processo cível, for vencedor na causa, e tiver o sucumbente condições de cumprir a sentença quanto a honorários;

II — o beneficiário da assistência judiciária, qualquer que seja sua situação econômica, apresentar-se com o advogado constituído;

III — mesmo após a sentença final, o assistido vier a perder a condição legal de necessitado ou a concessão do benefício ocorrer por declaração falsa;

IV — for deferido, no curso da lide, o benefício da justiça gratuita, sem ser por estado de pobreza superveniente;

V — houver extinção do processo, na forma do art. 267, incisos I a XI, do Código de Processo Civil;

VI — ocorrer transação ou conciliação, das quais resultem para o assistido, vantagens econômicas, ou para o advogado, a percepção efetiva de honorários;

VII — na jurisdição voluntária;

VIII — se tratar de ação de usucapião não contestada, mas provida, independente do valor do imóvel usucapiendo;

IX — incorrer o assistido nas sanções dos arts. 16 e 18 do Código de Processo Civil.

Art. 6.º — Fica a cargo e sob a responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, a movimentação dos recursos necessários ao pagamento da remuneração prevista nos artigos 1.º e 2.º, desta lei.

Parágrafo único — O pagamento a que se refere este artigo será efetuado à vista da fixação dos honorários, em cada caso, pela autoridade judiciária, e com observância do que ficar estabelecido no Decreto que regulamenta esta lei e na Tabela e Normas a serem elaboradas pela mesma entidade de classe e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7.º — A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, das importâncias recebidas em decorrência desta lei, no prazo e na forma determinados pela legislação vigente.

Art. 8.º — A remuneração prevista nos artigos 1.º e 2.º, não é devida aos assistentes e defensores nomeados anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9.º — As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação própria a ser inserida no Orçamento do Estado, em cada exercício.

Parágrafo único — Nos exercícios financeiros cujos orçamentos não consignaram a dotação específica a que se refere o "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o competente crédito especial.

Art. 10 — Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor no exercício imediato ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros são os advogados paranaenses que, idealisticamente, deixam de atender clientes que pagam honorários, para darem atendimento às nomeações dativas da Justiça.

O quadro social do Paraná, tem feito com que, ultimamente, se avolumem os casos de pessoas sem meios de patrocinarem suas causas na Justiça. E como o direito de defesa é inviolável e constitucionalmente exigível, tem sido a classe de advogados paranaenses, que cumpre este ônus público.

Em outros Estados da Federação, de há muito os Governos vêm pagando este trabalho, que é realmente, um encargo do Poder Público. Daí porque, o presente plano de lei, a fim de que, também no Paraná, a exemplo de outros Estados, não fiquem nossos advogados sobrecarregados com defesas dativas,

quase sempre causadoras de prejuízo em tempo e estudo, para as causas contratadas.

Quanto à fixação quantitativa, dos honorários, caberá ao Executivo estabelecer, através da regulamentação da lei. Recomenda-se apenas que sejam ouvidos a respeito, a OAB, como principal interessada e o egrégio Tribunal de Justiça, como órgão disciplinador e coordenador da própria atividade forense.

PROJETO DE LEI Nº 173/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica incluído no art. 73, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1.978, um parágrafo com a redação seguinte: "Parágrafo Único — Ocorrendo a aposentadoria do funcionário da Coordenadoria da Receita do Estado - CRE, quando afastado do cargo efetivo para exercer mandato eletivo federal ou estadual, seus proventos serão calculados com os benefícios de que trata o Inciso I, deste artigo, devendo o prêmio de produtividade corresponder ao valor do limite estabelecido pelo art. 95, desta Lei".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1.979.

(aa) ANTÔNIO FACCI e GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1.978,, que estrutura e organiza a Coordenação da Receita do Estado - CRE, regulando matéria relacionada com o pessoal, em seu Art. 44, § 2º, prevê que "durante o afastamento o funcionário perderá o direito à percepção da vantagem de exercício que compreende: o prêmio de produtividade e a gratificação de 2/3 (dois terços) do quantum do vencimento de que tratam, respectivamente, os artigos 91 e 92 desta Lei.

A regra disciplinadora do afastamento, com prejuízo da percepção de gratificações, dirige-se em especial aos funcionários cedidos a outros órgãos com direito aos vencimentos.

Nos casos de exercer mandato eletivo federal ou estadual, o funcionário fica afastado do cargo, sem vencimentos, contando-se-lhe o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, na forma do que dispõe a Constituição Estadual.

Todavia, ocorrendo a sua aposentadoria enquanto afastado, para exercício de mandato eletivo, o funcionário regido pela Lei nº 7.051/78, não pode ter seus proventos acrescidos das vantagens financeiras, que são específicas para os titulares de cargos lotados na CRE.

Em vista disso, e considerando a conveniência de se instituir um dispositivo que atenda à situação dos detentores de mandatos eletivos, lotados na CRE, que venham a aposentar-se, propomos o presente plano de lei, esperando contar com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Nobre Presidente, ilustres Pares.

Recebebemos de um Clube de Serviço, Lions Clube de Paranaguá, uma correspondência na qual solicitam, os membros daquele Clube, que nos irmanemos a uma campanha por eles iniciada, pleiteando a construção da Rodovia Paranaguá/Pontal do Sul. Anexo a este expediente, eles encaminham-me também uma cópia da carta que mandaram ao Sr. Governador Ney Braga.

O que pretendem os membros do Lions Clube de Paranaguá, não é nada mais do que reduzir, de 56 quilômetros, para 20, pouco mais de 1/3.

Hoje, Paranaguá está distante de Pontal do Sul, pela estrada atual, 56 quilômetros, Srs. Deputados. Viabiliza-se a cons-

trução de uma estrada que, iniciando no posto fiscal a 3 ou 4 quilômetros de Paranaguá em demanda a Pontal do Sul, encurtando o trajeto de 56 para 20 quilômetros. Isto valorizaria sobremaneira, terras fertilíssimas das praias de Piaçaguera, além das praias adjacentes de Pontal do Sul. E para que os Srs. Deputados possam ter uma idéia da importância deste projeto para Paranaguá, e para o Paraná, nós apenas levamos ao conhecimento dos Srs. Deputados, alguns considerandos, os mais importantes, para que os Srs. possam atinar e dar o real valor que este trabalho merece.

"Considerando que Paranaguá, graças à visão e ao trabalho dos seus administradores, próxima já dos seus cem mil habitantes, vem passando por um processo de destacado crescimento;

Considerando que se urbaniza e atrai, sempre, mais e novos investimentos, está sofrendo por isto, limitação para a expansão da sede do município, em virtude da sua ocupação estar prejudicada pelo estrangulamento existente na altura do KM. 5 da BR-277, área da penetração da rodovia e da ferrovia;

Considerando que o Município de Paranaguá ocupa uma área de 802 km², distribuídos aproximadamente em zona urbana, 40 km; zona rural, 200 km; distrito industrial, 20 km;

Considerando mais, que nossa faixa de praias, de Monções a Pontal do Sul, com extensão de 25 quilômetros, com balneários interligados em franca expansão para uma cidade-porto, como a nossa, constitui-se em área nobre destinada ao lazer, e no Pontal do Sul, baía adentro em região privilegiada em face da profundidade das águas próximo à terra e, um segundo centro para a implantação de indústrias;

Considerando que a ocupação dos nossos balneários vem se processando mais agressivamente nos últimos anos;

Considerando que já é reconhecida a área Pontal do Sul, local Ponta do Poço, por empresas nacionais e estrangeiras como ideal para a implantação de indústrias especializadas na construção de plataformas destinadas à prospecção marítima de pesquisa de petróleo, entre elas, Técnica Nacional de Engenharia, Companhia Brasileira de Caldeiras e Companhia Brasileira Industrial, sabem os Srs. Deputados do empreendimento de mais de cem milhões de dólares que está sendo implantado na Ponta do Poço para a construção de plataformas marítimas;

Considerando ainda que, segundo divulga a imprensa, há previsão inicial de investimentos na ordem de cem milhões de dólares nas suas instalações e local, a médio prazo, de cinco mil empregos;

Considerando também que, a médio prazo, a população prevista daquela região chegará aproximadamente a vinte e cinco e trinta mil pessoas, enfim, o encurtamento, como já disse, de 56 para 20 quilômetros."

Isto tudo nos dá um alento e dá força para que nós nós incorporemos a esta campanha que vem sendo movida pelo Lions Clube de Paranaguá, numa solicitação que faz ao Governador Ney Braga, para que esta máxima autoridade paranaense resolva encampar este trabalho, resolva ser a figura proeminente desta solicitação que faz o Lions Clube de Paranaguá, a fim de que nós consigamos, a curto prazo, a construção desta rodovia que ligaria Paranaguá a Pontal do Sul, dando uma valorização às terras mais férteis do nosso litoral, que estão situadas na Baía de Piassaguera.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr, Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na data de hoje, é a Comissão Parlamentar sobre as cooperativas, que deverá estar na data de amanhã em Cascavel, e não poderíamos nós deixar de vir a esta

tribuna, também para trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, a Comissão Especial que foi instalada para averiguação do assassinato do jornalista Antônio Heleno. Nós tomamos a iniciativa, como membro desta Comissão, fazendo um ofício ao Sr. Presidente desta Casa, para que oficiasse ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Sr. Secretário de Segurança, ao Diretor da Polícia Civil e ao Juiz da Comarca de Cascavel, da 2ª Vara Criminal daquela cidade.

Na data de 10 de outubro, ainda hoje, estampado nos jornais, ainda vemos comentários sobre a morte do jornalista Antônio Heleno, como seja, na Tribuna, que aqui está na minha mão. Temos recebido diversos telefonemas e temos até a data de hoje, não feito nenhum pronunciamento. Procuramos entre os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão, para aguardar averiguação por parte da Secretaria da Segurança, enviado ao Meretíssimo Juiz da Comarca de Cascavel, e achamos por bem pedir a peça processória do inquérito ocorrido naquele município, para que essa Comissão tomasse as medidas cabíveis que fossem possíveis.

Sabemos que na data de amanhã, jornalista e muitos outros em Cascavel, deverão nos interpelar a respeito desta Comissão. Quero confessar aos Senhores Deputados, que a Comissão, tendo conversado na época com o Deputado Renato Loures Bueno, e que por questões, ele deixou de participar, e no seu lugar entrando o Deputado David Cheriegate.

Nessas alturas, a Comissão constituída, composta de Deputado que não se encontra nesta Casa e do Deputado David, que se encontra nesta Casa, Nós procuramos por diversas vezes reunir essa Comissão, para que pudéssemos fazer um roteiro, mas infelizmente, a Comissão, que é composta de três membros, ainda não teve o seu roteiro a não ser a peça do pedido do processo que se encontra na 2ª Vara Criminal de Cascavel. Trago ao conhecimento dos Srs. Deputados, porque não queremos fazer nenhum juízo antecipado e nem queremos fazer comentários.

Como há poucos dias, um jornal de circulação do Estado, dizendo que eu dava uma entrevista e que na realidade eu até hoje não dei nenhuma nota a respeito da morte do jornalista Antônio Heleno, porque achava e acho que cabe à Justiça, cabe à Secretaria de Segurança, fazer o inquérito. E não poderíamos nós fazer um inquérito paralelo à polícia, e muito menos pegar a peça processual para dizer quem é o mandante e quem são os criminosos.

Mas, como o jornal de hoje vem dando, nós vimos à tribuna mais para trazer ao conhecimento, porque há poucos dias atrás estivemos na região de Cascavel, Catanduvas, Três Barras, Céu Azul e Corbélia, e se vê estampado em quase todos os jornais e na realidade a região se encontra tranqüila, pacífica e os homens procurando trabalhar. Mas, na realidade, não deixou de ser um comentário nacional em toda a imprensa falada e escrita, que durante diversos dias falava sobre este assassinato.

Mas, para conhecimento da imprensa, quero dizer que nós, aqui desta tribuna, temos em mãos os ofícios dirigidos às autoridades, não procuramos trazer ao conhecimento da imprensa, porque achávamos, como acabamos de dizer, que era mais da alçada da polícia e da justiça.

Mas, o que nos fez vir também a esta tribuna, é que nós estivemos em Cascavel, e agora no dia 22, será ouvido o homem conhecido, o bicheiro daquela cidade, o Sr. Furtado, que não só hoje, o município e a sede da Comarca de Cascavel, se vê o jogo do bicho, mas se vê em todos os municípios em volta.

O que não concordamos, é que sabemos que não é só na Região de Cascavel, como é em Londrina e também em Maringá, que existe o jogo de bicho.

Mas, principalmente desta tribuna, quero trazer o meu protesto sobre a forma e a maneira como se desencadeia naquela

área a jogatina. Há pouco tempo um bingo dentro da cidade; hoje, todos os municípios da redondeza e os distritos estão com os seus bicheiros procurando arrecadar. Quem sabe não é dar mais para aqueles que querem receber do bicheiro.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O nobre Deputado tem um minuto para concluir.

O SR. FUAD NACLI — ... portanto, este protesto.

Já estive pessoalmente com o Secretário de Segurança e com o Diretor da Polícia Civil levando a minha contestação como representante de uma parcela daqueles municípios, protesto violentamente pela forma como os homens, mulheres e crianças, e muitos vendem até sua sobrevivência, um frango, para fazer o jogo do bicho.

Espero que o Secretário da Segurança e o Governador do Estado, tomem uma providência para com a situação da região de Cascavel.

Sabemos que há um inquérito policial que foi feito em flagrante, em Cascavel, sobre o bicheiro. E nós esperamos que isto seja cumprido. Desta tribuna, faço um apeço aos Srs. Deputados, para que saibam que não estou dando nenhuma cobertura aos bicheiros daquela região, principalmente aqueles que querem ser desonestos.

Era o que eu tinha a dizer a esta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, solicitando que os membros da Mesa desta mesma Comissão, façam uma visita aos municípios de nosso Estado, que terão áreas atingidas pelas inundações, quando concluídas as obras da Hidrelétrica de Itaipu.

Inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste fim de semana já devemos ter, no Estado do Paraná, em torno de 17 membros da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, que farão diversas visitas, mas não especificamente às áreas do Extremo-Oeste do Paraná, onde Itaipu terá diversas parcelas de terras inundadas.

Por isto, pede-se através deste requerimento, que esta Comissão tenha uma visão local do problema, ou até que seja criada uma sub-comissão, para analisar e se posicionar sobre o assunto, e também das suas conseqüências. Se assim fazemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é porque as indenizações, as áreas que serão inundadas no futuro, estão paralisadas temporariamente ou são feitas com extrema morosidade.

O "quantum" pago a estas inundações, continuam aquém do valor real e justo das terras e das propriedades daquela região, causando assim enormes prejuízos aos agricultores e comerciantes lá instalados.

Os critérios para indenizações continuam incertos e indefinidos em quase todos os casos. Há situações de desestruturação da vida social dos núcleos urbanos, obrigando, indiretamente, os moradores a venderem suas propriedades pelo preço que não é adequado, justo e de direito.

As áreas inundadas são de extraordinária fertilidade e de elevada produtividade, mas pouco se conhece sobre a situação pós-Itaipu.

É indispensável que a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, tenha uma visão "in loco" do que vem ocorrendo, para melhor se posicionar em defesa das famílias indenizadas ou em fase de indenização.

Por esta razão este requerimento, para que esta Casa possa também convocar a se integrem nessa luta nossa, em favor daqueles residentes nas áreas a serem indenizadas, em função da Hidrelétrica de Itaipu. Que tenham os Deputados Federais, participantes desta Comissão, também uma visão real e do que está ocorrendo, quando no Extremo-Oeste nós temos as áreas

de maior fertilidade e de elevada produtividade em todo o Estado.

Solicitamos pois, a estes Deputados Federais, que possam através de uma visita local, num diálogo aberto com os próprios agricultores, sentir a realidade que muitas vezes é deturpada pela própria Binacional Itaipu.

Esta, a solicitação que fazemos da tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Aproximadamente há uma semana, ocupamos esta tribuna, para tecer comentários a respeito das irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Icaraíma. Nesta oportunidade, gostaria apenas de fazer aqui, um breve registro.

No ano passado, a Câmara Municipal de Icaraíma, através da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, pretendia constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades praticadas por Vereadores da ARENA e pelo Prefeito Municipal daquela comuna.

Mas, nesta oportunidade, tal pretensão fora rejeitada pela Câmara, que tem a maioria componente do quadro oficial.

Depois de nosso pronunciamento, quando aqui estivemos mostrando documentos, falhas, e apontamos as irregularidades praticadas pelo Prefeito de Icaraíma, a mesma Câmara Municipal, amedrontada e temerosa, aprova, por unanimidade, uma Comissão Especial de Inquérito para apurar, vez por todas, as irregularidades existentes na administração pública daquela comuna.

Portanto, a nossa presença hoje, nesta tribuna, é apenas para fazer esse registro, que hoje, em Icaraíma, já existe uma Comissão Especial para apurar as irregularidades praticadas pelo Prefeito daquela cidade, em conluio com alguns Vereadores.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença hoje, na tribuna, é apenas para registrar, com satisfação, que hoje no Município de Londrina, mais precisamente no Distrito de Tamarana, tivemos pela manhã a inauguração da Sub-Delegacia de Polícia, ali construída. E eu não poderia deixar de fazer uma alusão ainda que rápida, desta tribuna, pelo trabalho desenvolvido no ano passado, quando trouxemos ao então Governador, Jayme Canet Júnior, o apelo da população de Tamarana, distrito que não era dotado de uma Delegacia de Polícia, e que encontrava assim grandes dificuldades, para que pudesse dar atendimento e segurança à sua população. Depois então, junto com o Governo, encontramos uma fórmula para que se construísse o prédio, que mais tarde abrigaria a Sub-Delegacia de Polícia.

Havia a necessidade de que houvesse a doação de um terreno. Encaminhamos ao Asilo São Roque, instituição assistencial que funciona em Tamarana, uma ajuda através de verba do Orçamento do Estado, permitindo que este asilo fizesse a doação ao Governo, do terreno onde se construiu a Sub-Delegacia de Polícia.

Até aí, é uma história perfeitamente normal, sem nenhuma novidade. Uma obra construída no Governo de Jayme Canet Júnior. A única estranheza, para mim, é que esta Sub-Delegacia de Polícia teve sua conclusão no início do mês de março do corrente ano: março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro . . . e, desde março, que está funcionando a Sub-Delegacia de Polícia, sem ter sequer um móvel dentro da Sub-Delegacia.

Nós encaminhamos no mês de junho, um apelo ao Sr. Diretor da Polícia Civil, em cujo apelo pedíamos que as providências fossem tomadas, para que, pelo menos os móveis chegassem a Tamarana e que dessem condições para que pudessem funcionar normalmente, como seria de se esperar, a Sub-Delegacia de Polícia.

E agora somos surpreendidos com a notícia na imprensa, de que hoje pela manhã o Sr. Secretário da Segurança Pública iria ao Distrito de Tamarana, proceder à inauguração de uma Sub-Delegacia, prédio, como eu disse, pronto e funcionando desde o dia 15 de março do corrente ano.

Ainda no último sábado, mantive contato com companheiros de Tamarana, para saber se os móveis já haviam chegado, e até o sábado, não. Então, tenho a impressão que, como o Secretário foi inaugurar hoje, devem os móveis também ter chegado, pelo menos de sábado, até hoje, o que já é uma notícia pitoresca e indiscutivelmente por si só, justifica a minha presença nesta tribuna, para a minha palavra de profunda gratidão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Suspendo a sessão, com base no art. 20, até que a Mesa se complete, para continuidade da mesma. (Faz soar os tímpanos).

Composta a Mesa, está reaberta a sessão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O trabalho que justifica a existência do homem e que serve para classificar as pessoas dentro de um agrupamento humano, este trabalho, depois que foram abolidas todas as formas de escravidão, passou a ser remunerado por todos aqueles que o exercem.

Assim é, Sr. Presidente, que hoje, neste planeta, não se conhece nenhum caso de que determinada pessoa seja obrigada a trabalhar sem a devida remuneração, ou melhor, se conhece um caso: no Paraná, os advogados inscritos na Sub-Secção da Ordem dos Advogados do Paraná, são obrigados a trabalharem gratuitamente.

Embora a nossa legislação disponha de que ninguém deixará de ser processado e julgado sem a necessária defesa, o Estado brasileiro até hoje, tem-se omitido de providenciar recursos para que os advogados que defendem réus impossibilitados de contratar a sua defesa, o Estado, até hoje, tem-se omitido desse dever público e dessa responsabilidade que deve assumir.

Estou propondo, Sr. Presidente, um projeto de lei que não é, em absoluto, iniciativa do Paraná, mas, em muitos Estados brasileiros já existem leis que disciplinam e obrigam os governos estaduais a providenciarem recursos para que os advogados que patrocinarem causas de assistência judiciária e, quando dativamente nomeados, possam usufruir, com méritos, os seus honorários.

Ora, em muitas comarcas do interior do Paraná, já se registraram movimentos de advogados nesse sentido, de os mesmos se negarem até a patrocinar defesas dativas, causas de assistência judiciária, porque, no Paraná, o advogado é obrigado a trabalhar gratuitamente, muito embora o INPS tenha em seu enunciado que deverá prestar assistência médica e judiciária aos seus associados, sabe-se que o INPS, na verdade, até hoje, não patrocina assistência jurídica aos seus associados.

Sindicatos, associações, têm, efetivamente, custeado advogados para que seus associados possam obter na Justiça a devida assistência judiciária.

Mas, no Paraná, com o quadro social formado nos últimos anos em que grandes contingentes de pessoas não possuem o indispensável para sobreviver, evidentemente não possuem recursos para contratar advogados patrocinar, na Justiça, as suas causas; daí porque, em todas as comarcas deste Estado, em

todas as bancas de advocacia neste Estado, se avolumam, dia a dia, aquelas causas em que o advogado gratuitamente e por imposição da lei, estaria obrigado a patrocinar a defesa daquelas pessoas. Os juízes do Paraná têm feito o possível para distribuir, com equidade, entre os vários advogados da Comarca, a fim de que não se sobrecarreguem apenas alguns, essas causas que são um verdadeiro ônus público.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente que a situação não pode perdurar. E não pode, porque não se pode exigir que alguém trabalhe gratuitamente, isto seria uma verdadeira aberração, o Estado exigir que alguém trabalhe gratuitamente, quando este mesmo Estado pode conseguir ou tem a obrigação de dar, de patrocinar a Justiça e em igualdade de condições, a todos que a ela recorrerem.

Na última reunião dos Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Belém do Pará, no último dia 10 de outubro, a representação do Paraná apresentou uma proposição que foi aprovada por unanimidade por todos os Presidentes de Ordem dos Advogados do Brasil, e que está consubstanciada nos seguintes termos:

“Proposta do Paraná — No sentido do Conselho Federal proclamar devam, os Estados, se conscientizar da importância do dever indeclinável da prestação de assistência judiciária em todas as comarcas, através de quadros específicos de Advogados, aos quais se assegurem condições de trabalho e remuneração condigna”.

Esta proposição foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Deputado Nilso Sguarezi, ilustre Líder da nossa bancada, queria cumprimentar Vossa Excelência pela brilhante iniciativa do projeto que apresenta à consideração desta Casa.

Realmente, nós que também trabalhamos como advogados no interior, por muitos anos, aproximadamente oito anos, passamos por esta experiência de termos que patrocinar a defesa de certos acusados na Justiça Criminal, e também na parte Cível, atender pessoas carentes, pessoas pobres necessitadas de assistência judiciária, por designação do Juiz de Direito da Comarca, na conformidade da lei.

E, como bem frisou Vossa Excelência, ao Estado é que cumpre amparar aqueles que estão desassistidos e sem condições de defenderem seus direitos, de fazer o equilíbrio da Justiça e, mesmo porque, na ausência de uma situação como essa que vivemos no momento, o que o projeto de Vossa Excelência procura corrigir, não se vê, por exemplo, a concretização efetiva daquela disposição constitucional que diz que “a todo réu é assegurada a ampla defesa, na oportunidade, para se defender de uma acusação”. Como se poderá assegurar ao réu a ampla defesa de uma acusação que lhe é feita, se ele não tem meios para se defender? Como irá constituir um advogado para patrocinar a sua defesa com eficiência, se ele não tem recursos para pagar ao advogado, que é naturalmente, um profissional que vive do seu trabalho. O trabalho da advocacia é o meio de seu sustento e de sua família, e a todo trabalho deve ter a contraprestação de uma remuneração à altura.

Então, acho que é oportunidade, agora, de se corrigir esta distorção, quando nós vemos, muitas vezes, pessoas até inocente serem levadas ao cárcere, porque não tiveram uma defesa eficiente, porque o advogado que foi designado para patrocinar a sua defesa, também não teve recursos para desenvolver uma defesa à altura das necessidades, no sentido amplo e correspondente à acusação que lhe é feita.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência, ilustre Deputado. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Deputado.

Devo dizer que no vizinho Estado de Santa Catarina, existe uma lei neste sentido, e a qual nos serviu de suporte básico para a propositura deste plano de lei.

É a Lei 5.387, de 30/11/77, através da qual, o Estado de Santa Catarina, assume esta responsabilidade de pagar os honorários àqueles advogados que, dativamente exerçam deveres.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria alinhar algumas razões jurídicas e fáticas para dar suporte a esta nossa pretensão:

“A defesa é direito inviolável em qualquer Estado ou grau de procedimento. Seguindo este princípio universal de Direito, outra não foi a tradição do legislador brasileiro, senão a de consagrar, em textos constitucionais e legais, a plenitude do Direito de defesa e do direito à assistência judiciária aos necessitados”.

Em tempos menos remotos, surge o Código de Processo Civil, de 1.939, a estabelecer, no Artigo 68, que: “A parte que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, gozará do benefício da gratuidade, que compreenderá as seguintes isenções: I, II, III, IV, V — Dos honorários de advogado e perito.

Acrescenta no parágrafo único desse mesmo artigo, que o advogado será escolhido pela parte. Se esta não o fizer, será indicado pela assistência judiciária e, na falta desta, nomeado pelo Juiz.

De outra parte, o Código de Processo Penal de 1.941, no Título VIII, Capítulo III — “Do acusado e seu defensor”, reservou dispositivos específicos ao direito à defensoria dativa. A saber:

“Art. 262 — “Ao acusado menor, dar-se-á Curador”.

Art. 263 — Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo Juiz, ressalvado o seu direito de, a todo o tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação”.

“Parágrafo único — O acusado que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo Juiz.

Art. 264 — Salvo motivo relevante, os advogados e solicitadores serão obrigados, sob pena de multa, cem cruzeiros, a quinhentos cruzeiros, a prestar seu patrocínio aos acusados, quando nomeados pelo Juiz.

Art. 265 — O defensor não poderá abandonar o processo, senão por motivo imperioso, a critério do Juiz, sob pena de multa de cem a quinhentos cruzeiros”.

Portanto, a lei brasileira não só impõe a obrigação, como se o advogado se negar, até pode impor uma multa no caso de não aceitar o patrocínio de uma defesa gratuita.

Não só a lei ordinária assegura o direito à ampla defesa e à obtenção a assistência judiciária aos necessitados. A Constituição de 1.946, seguida pela Carta de 1.967, e pela Emenda Constitucional n.º 01, de 1.969, dispuseram:

“É assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela.”

“A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. . .” (Constituição de 1.967, Art. 150, § 15, e Emenda Constitucional n.º 1, de 1.969, Art. 153, § 15).

Quanto à concessão da assistência judiciária, também as normas expressas, a partir da Constituição de 1.946, foram previstas:

“O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados” (Constituição de 1.946, Art. 141, § 35).

“Será concedida assistência judiciária aos necessitados na forma da lei”. (Constituição de 1.967, Art. 150, § 32). e Emenda Constitucional n.º 01, de 1.969, Art. 153, § 32).

Em face dos preceitos constitucionais e dos mandamentos processuais citados, adveio a Lei Federal n.º 1060, de 05 de fevereiro de 1.950, que se transformou no código regulador das normas para a conclusão do benefício da justiça gratuita,

determinando que "os poderes públicos, federal e estadual, concederão assistência judiciária aos necessitados . . . , considerando como tais aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo, e os honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (Art. 2º, parágrafo único).

Por sua vez, o art. 3º prescreve, da Lei 1060:

"A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I — das taxas judiciárias e dos selos;

II — dos emolumentos e custas devidas aos juízes, órgãos do Ministério Público e Serventuários da Justiça;

III — das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV — das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o Poder Público Federal, no Distrito Federal e nos territórios; ou contra o Poder Público Estadual, nos Estados;

V — dos honorários de advogados e peritos".

Sobreleva observar que a supra mencionada Lei Federal nº 1060, além de disciplinar a concessão do benefício da gratuidade da justiça, e nela inserir o trabalho profissional do advogado, preceitua, ainda, em seu Art. 5º, §§ 1º e 3º, a seguinte disposição:

"1º — Deferido o pedido, o juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de dois dias úteis, o advogado que patrocinará a causa do necessitado".

"§ 2º — Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas seções estaduais ou sub-seções estaduais".

"§ 3º — Nos municípios em que não existirem sub-seções da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio Juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado".

Cumpramos ressaltar que a mesma lei não só obriga os advogados a patrocinarem as causas dos necessitados, como também prevê a aplicação de multa pecuniária aos profissionais que não aceitarem a indicação judicial, restringindo apenas, os motivos de recusa a determinados casos específicos (Arts. 14 e 15).

Dando ênfase à participação dos órgãos de classe e dos Advogados na prestação de serviço, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, em capítulo dedicado à matéria, manteve os princípios estabelecidos no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal e na Lei Federal 1060. É o que se infere do artigo 91, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1.963, ou seja, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Diz ela:

"No Estado onde não houver serviço de Assistência Judiciária mantida pelo Governo, caberá à Seção ou Sub-seção da Ordem, a nomeação de advogado para o necessitado, depois de deferido o pedido em juízo, mediante a comprovação do Estado de necessidade".

E, para arrematar, vem a própria lei estatutária da Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 92, determinar que "o advogado indicado pelo Serviço de Assistência Judiciária, pela Ordem ou pelo Juiz, será obrigado, salvo motivo justo, a patrocinar, gratuitamente, a causa do necessitado, até o final, sob pena de censura e multa . . ."

À vista dos mandamentos constitucionais e legais expostos, é que foi elaborado o presente projeto em questão.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que tenha a Casa, a sensibilidade de notar esta verdadeira injustiça que se comete contra os advogados do Paraná.

A presente lei tem total procedência, e nós tomamos a

iniciativa, em virtude, Sr. Presidente, de até aqui não terem sido ouvidos os nossos reclamos e nossos pedidos. Já na Legislatura anterior, por várias vezes, nos manifestamos contra este problema e agora, tomamos a iniciativa de elaborar este projeto de lei, que tem o caráter, para fugir à constitucionalidade ou à competência da iniciativa de lei, de ser uma lei de caráter autorizatório, ou seja, que autoriza o Governador do Estado a implantar este sistema de pagamento ou a remuneração aos Advogados do Estado do Paraná.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a atenção.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fuad Nacli) A Presidência consulta a bancada do MDB, se quer fazer uso do seu horário. (Pausa).

O SR. DARCY DEITOS — Ocupará a metade do tempo o Deputado Nilton Friedrich, e a outra metade, o Deputado José Tavares.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã, a CPI do Cooperativismo, estará em Cascavel, mais propriamente na COTRIGUAÇU, para uma visão "in loco", da realidade da Central, bem como continuar o seu trabalho investigatório.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A situação em que a ex-Direção da COTRIGUAÇU deixou aquela Central Cooperativista, sob a Presidência do Sr. Roberto Wypich, é por certo preocupante.

Todavia, inúmeras acusações foram formuladas. De domínio público, problemas sérios, como o problema FINAGREIN, com prejuízos que excedem a cento e vinte milhões de cruzeiros, foram evidenciados.

Mas, não só aí ficaram as questões até hoje não adequadamente esclarecidas. Há, em verdade, vários pontos obscuros.

Cooperativa Central Iguaçu Ltda.

COTRIGUAÇU - Corretora de Seguros Ltda.

COTRIGUAÇU — Colonizadora do Aripuanã S/A.

COTRIGUAÇU — Empreendimentos e Participações Ltda. —

Vê-se, pois, que todo o complexo COTRIGUAÇU está a merecer uma profunda verificação de como andam as coisas. E a participação da COTRIGUAÇU em todas as empresas, que diretamente ou através de controladas, deverá merecer uma resposta ao associado e ao povo do Paraná, face as características da atividade cooperativista.

Numa análise sintética, os prejuízos efetivamente evidenciados nas contabilidades respectivas, são assustadoras, e pois, estão por merecer apuração rígida das responsabilidades, quer culposa ou dolosamente.

Prejuízos verificados ao final de 1978:

COTRIGUAÇU/78 — Cr\$ 3.299.677,40

COT/Corretora de Seguros Cr\$ 1.992.257,96.

COEMPAN — Cr\$ 644.043,35.

CO/Colonizadora — Cr\$ 4.450.474,17.

Operação FINAGRAIN — Cr\$ 150.000.000,00 (hoje).

Hoje, a COTRIGUAÇU estaria pagando Cr\$ 700.000,00 por dia de juros, em razão das diversas operações concretizadas.

Por outro lado, está provado pelo que se tem conhecimento, pelos depoimentos já registrados na CPI do Cooperativismo, que o sistema de controle interno adotado, ao menos enquanto estava Roberto Wypich como Presidente da Central, que normalmente visa dar a necessária segurança para o registro de todas as operações realizadas pela empresa, acabou não servindo para controlar quase nada. Permitiu, pois, que todo e qualquer tipo de operações fosse realizado com debilidade de controle. Há inúmeras omissões, inclusive de operações não registradas na contabilidade, e existem dificuldades, por vezes, para descobrir o destino dos documentos que deram origem às atividades não contabilizadas.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Vossa Excelência coloca muito bem a preocupação com a COTRIGUAÇU. Porque, no prejuízo de três milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e quarenta centavos, no ano de 78, atesta a incompetência ou a má fé da diretoria daquela Central de Cooperativa.

Porque, num movimento bruto, de quinhentos e quatorze milhões de cruzeiros, deu um prejuízo de três milhões, e duzentos e noventa e nove mil cruzeiros. É uma incompetência a toda a prova. Na Corretora então, já nem se fala, com prejuízo de quase dois milhões de cruzeiros; nos empreendimentos da COEMPAR, o prejuízo de seiscentos e quarenta e quatro mil cruzeiros.

Mas, queria me referir especificamente ao prejuízo da Corretora, para testar a má fé, para uma receita de um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil cruzeiros, temos um prejuízo de um milhão, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros. É pura má fé; esses dados terão que ser esclarecidos amanhã nos depoimentos a serem tomados em Cascavel.

O meu muito obrigado a Vossa Excelência pelo aparte que me concedeu nesta humilde interferência minha ao seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que vem clarear ainda mais a posição.

Mas, digo mais, Sr. Presidente, para concluir, que também os poderes ilimitados a determinadas pessoas acabaram por ocasionar divergências quanto a questões ainda não clareadas, que vão desde a guarda, manuseio e utilização de valores até jogadas contábeis imperfeitas, contraditórias e infundadas.

Há todo um rosário de desencontros administrativos, abuso de confiança praticados pelos administradores da época, e enormes prejuízos aos associados e ao próprio Estado do Paraná.

Assim sendo, como tudo que diz respeito à COTRIGUAÇU trata-se de operações com amplos reflexos sociais, comuns a todo o Estado, que envolvem mais de vinte e cinco mil cooperados, além de contingente quatro vezes maior daqueles indiretamente atingidos. Urge uma posição mais rígida e decisiva. São oito meses decorridos, desde a renúncia de Roberto Wypich, e pouco houve de ação reparadora sobre os culpados, se existem culpados, efetivamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rogamos nós aqui, neste instante, através desta tribuna, porque se nós estamos nesta CPI, além dos lados altamente positivos que podemos encontrar no cooperativismo, cabe, sobremaneira, analisar os desvios e, talvez, a atuação da direção de Roberto Wypich à testa da Central de todo o Oeste do Paraná, à testa desses desequilíbrios e descontroles que existem nas direções de muitas cooperativas.

Rogamos pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, às autoridades cooperativistas, para que acionem a Justiça, inclusive como medida preparatória, como medida acautelatória, seja até solicitada a não alienação dos bens particulares do então Presidente, Roberto Wypich, como dos seus assessores mais diretos que compunham o quadro executivo daquela Central, porque, creiam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós aqui não estamos pré-julgando, se nós aqui não estamos dizendo, se houve boa ou má-fé, se houve omissão, se houve culpa, se houve dolo, não nos interessa este pré-julgamento, mas nos cabe os reflexos sociais, e estes reflexos sociais atingem os cooperados e, indiretamente, toda a região e todo o Paraná.

Assim sendo, não se pode repetir o que nós tivemos no passado, de triste memória, de Leon Peres, que são acusados e depois passam impunes dessas acusações.

Estamos aí com o Grupo FRIMESA, que também desequilibrou a economia de parcela do Oeste do Paraná, e nós, praticamente vemos a impunidade, dando sua presença contínua

nesses casos.

E nós precisamos, com ampla liberdade e com ampla defesa que possa ter Roberto Wypich, e os diretores diretamente ligados a ele, mas que seja efetivamente tomada uma medida acautelatória, medida esta contra a alienação dos bens particulares dos ex-Diretores, para que, uma vez efetivamente provados os prejuízos e seus culpados, eles sejam acionados e respondam, sob as penas da lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado à Liderança do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Três importantes aspectos da segurança da sociedade se evidenciam nestes últimos dias.

Estamos nos referindo à profissionalização da polícia, às atitudes da sociedade a respeito dos pobres e dos ricos e seu atos anti-sociais.

Chegamos a uma situação que não podemos mais tolerar, a ambigüidade em que vivem os responsáveis diretos pela repressão policial. Mas, não seria justo jogar sobre as costas da polícia a responsabilidade nem pela delinquência, nem pelos métodos de combatê-la.

Todos sabem de nossa posição, até às vezes acusada de moralismo sobre a corporação policial no Estado. Todavia, não queremos carregar nenhuma bandeira de moralismo que sempre encobre uma atitude parcial, e muitas vezes interesseira, e que procura créditos públicos através da demagogia.

Desejamos e queremos nos incorporar àqueles que pretendem obter a máxima moralidade e eficiência da organização policial. Desejamos compartilhar essas responsabilidades sem nos ligarmos a facções, mas também não admitimos que nos excluam do papel interessado e atuante na grave questão da segurança pública.

O movimento policial de nosso Estado entrou numa fase de protesto que tem sido caracterizada como "greve branca". A onda de criminalidade está aumentando, enquanto alguns veículos de comunicação não só registram esses fatos delituosos, como se comprazem nos detalhes e na receita da venda. Ao mesmo tempo, entra em pauta, digamos, social do julgamento de Doca Street, uma figura das colunas sociais com certo aspecto de Otelo.

O que há de grave, muito mais grave do que a qualificação policial, é a estrutura social que lhe dá sustentação.

A sociedade que está cobrando eficiência e moralidade do aparelho policial está sendo orientada por grupos sociais imorais e eficientes, apenas no seu interesse mesquinho. Isto é muito constrangedor.

Setores que orientam a ação social brasileira, porque têm influência, porque têm dinheiro e dispõe de um papel significativo da estrutura econômica, social e política, desejam apenas a ação repressiva da polícia contra a população pobre; toleram e estimulam as arbitrariedades policiais contra trabalhadores, favelados e gente simples, porque - no entender dessa falsa elite, dessa aristocracia sem títulos - os pobres não fazem parte da sociedade civil. Os pobres estão à margem do amparo da Lei; a Lei deve apenas se abater sobre os pobres, com a ferocidade do policial arbitrário e corrupto; e em seguida um juiz, talvez um júri, lhe aplicarão penas corretivas de muitos anos num inferno chamado prisão.

A lei é odiosa, os aplicadores da lei são aquelas figuras tão conhecidas dos advogados pintada por Albert Dührer; aquelas figuras que Franz Kafka desenhou no seu livro "O Processo". A lei capitula penas de multa, discriminando odiosamente os pobres que não podem pagá-la. Os pobres não podem beneficiar-se da chicana jurídica, dos artifícios legais. A lei é discriminatória e odiosa. Os policiais, além de muitas vezes não terem a formação necessária ao cargo, ainda são jogados

contra a população à procura de uma eficiência sem meios. Os jurados revelam o subdesenvolvimento, ao aplicarem critérios diferentes segundo a classe do acusado.

Em resumo, vivemos num País em que a lei é rigorosa contra o pobre. A polícia é rigorosa contra o pobre. A pena é rigorosa contra o pobre. Como a vida social é rigorosa contra o pobre, contra aqueles que com seu trabalho sustentam o País e seu progresso.

Apoiei e apóio os movimentos que visem a melhorar a situação da polícia em nosso Estado e nosso País; que visem a elevar a função da magistratura, inclusive por reformas que tornem o trabalho judiciário mais alto e eficiente. Criar melhores condições para o funcionamento de policiais, Delegados, Promotores, Juízes, Desembargadores.

Apoiei e apóio os movimentos que pretendam reformar e melhorar nossas leis e sua aplicação.

Porém, reajo quando policiais confusos e mal intencionados pretendem impunidade quando praticam prisão ilegal, a conduta ilegal, a sevícia ao preso, a tortura e o assassinato; como se tratasse apenas de uma estatística, de um risco do ofício, visto pelo lado do meliante encoberto pela estrutura policial, e pelas práticas amorais.

E reajo quando vejo Promotores e Juízes muito atarefados para tratar com critérios jurídico-social os atos que envolvem os pobres. Quando vejo o rico e o prestigiado chegar ou fazer chegar emissário à autoridade, pedindo benesse, orientação e ajuda. Reajo quando vejo a magistratura ainda vulnerável ao assédio político; o Juiz rodeado e constrangido pelo prestígio do Prefeito, do Senhor da Fazenda, do negociante...

Esperamos da autoridade aquele comportamento inconstitucional, elevado, moral, firme. Com o propósito de servir à sociedade antes mesmo que se prender obtusamente a uma exegese: legal duvidosa, com o propósito de servir bem alto à Justiça - primeiro dever de todos, e que deve estar mais alto do que a lei, quando esta não serve ao povo.

Não creio que se deva dar ao julgamento de Doca Street um destaque por ele mesmo. Senão que referir no episódio à incapacidade de Justiça, de que todos estamos sendo vítimas.

Não pertenci àquele gênero de policial que pretende carregar sozinho o fardo da moralidade pública. Não sou em consequência aquele cidadão façanhudo que pensa recuperar a Justiça degradada apenas num episódio, numa luta. A luta é longa e a Justiça demora a ser implantada.

Não se move nenhum desespero que destempe meus julgamentos, como não desvirtuam minha ação como policial de carreira, a paixão e a propriedade da verdade.

Mas, não é possível assistir impassivelmente aos episódios de julgamento de Doca Street sem pensar profundamente em nossa situação social e política. A compaixão que nos deve levar a ver os sofrimentos do povo desapareceu; ao contrário, existem clamores para que se fortifique a cidadela da riqueza; que se construam muros para defender a grande propriedade e os negócios; e que se tratem os pobres sem cerimônia, com dureza, invadindo-lhes os casebres, as favelas; jogando cães pastores contra a população indefesa. Que se façam manifestações bélicas para "pentear", "arrastar", "frier", "identificar", "prender" os potencialmente perigosos. Não precisa ser criminoso, basta ser pobre e potencialmente rebelde e criminoso.

Com um bom tratamento de propaganda, o moço rico e aventureiro desperta paixão, compaixão e solidariedade. De nada adianta o profissional de polícia criteriosamente levantar as provas do crime; a clareza da imputação de criminalidade. E então aparece o julgamento que não pode representar a coletividade brasileira; pessoas que, mesmo letradas e até ilustradas, demonstram ser menos capazes que o pobre, que o trabalhador para analisar um evento com justiça, com respon-

sabilidade social. Acabemos com essa farsa de buscar jurados entre os ricos e os liberais de classe média para julgar seus pares ricos e os pobres. A experiência demonstra que esse tipo de júri é apenas uma seleção de classe, para aplicar uma lei contra pessoas sem defesa.

Mas, voltemos à ignomínia. O policial consciente e eficiente leva ao Promotor o resultado de seu trabalho consciencioso; o Promotor, conscientemente, prepara a denúncia. O Juiz se prepara para receber a denúncia, esclarecer os jurados, e aplicar a lei segundo a resposta dos quesitos.

Porém, ali no banco dos réus está um João ninguém, nenhum Pedro da Silva, nenhum Aézio deste mundo. Ali está Doca Street e sua convivência no mundo das luzes, um homem de dentro do "milagre brasileiro". E então ele é absolvido, praticamente; e como não poderia ser simplesmente absolvido, é condenado a uma pena mínima, que já teria cumprido.

Qual o crime? Tórpe e infame: a vítima inerte, sentada à frente do criminoso, recebeu sem defesa uma saraivada de balas que lhe tiraram a vida. A alegação para minimizar o crime: tinha um estilo de vida, hábitos e costumes, que lhe permitiam freqüentar o que chamamos de "alta sociedade". Para isso ela estava em condições; mas na hora do crime, melhor dizendo, na hora do julgamento, ela se torna uma marginal, uma viciada, uma deformada moralmente. Como se o criminoso não compartilha-se esses mesmos valores não num momento, mas durante tanto tempo...

Poderia explicar-se o crime pela compulsão? Sim, na medida em que o meio social tenha forças para criar e modelar valores de conduta. Mas não como um momento de fúria que sucede ao pecado...

Foi uma demonstração da degenerescência que nos envolve.

Uma gritante demonstração de que os valores do mundo de baixo ainda são mais apetecíveis do que os de uma faixa de cima.

Pela lei dura e firme, Doca Street seria condenado por tirar de modo violento e traiçoeiro a vida de uma mulher com quem convivia. Um Otelo sem grandeza, que se comprazia numa vida criada por ele mesmo e não por Ângela Diniz; ambos criaram o mundo de sua paixão.

Acredito, porém, que nesse episódio esteve em julgamento a lei, os Juízes, os jurados e sua maneira de julgar a sociedade, a polícia e Doca Street. Ângela Diniz foi o alvo da fúria dos fariseus que desejavam o perdão, a exaltação e a restituição da honra perdida.

Não temos uma boa lei, porque não temos lideranças sociais respeitáveis; não temos uma boa polícia, nem uma boa Justiça, por causas que desejamos esconder. Na verdade a Justiça não está encontrando lugar em nossa sociedade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Por cinco dias consecutivos, Curitiba hospedará nomes dos mais representativos da engenharia agrônoma brasileira, que aqui estarão - vindos de todos os quadrantes do País - para o XI Congresso Brasileiro de Agronomia, de 22 a 26 deste mês.

Não é certamente por acaso que a Capital paranaense, centro administrativo deste Estado-celeiro, abre suas portas aos debates propostos por um temário variado, sugestivo, em que os fatores de produção e produtividade, as modernas técnicas de cultivo da terra, a pesquisa científica, a experimentação agrícola - entre outros temas - estarão em debate.

Somos todos nós os que vivemos e ajudamos a fazer esta grande realidade que é o Paraná-agrícola, convidados a, de alguma maneira, nos envolvermos nesse projeto de cinco dias

que o congresso resumirá.

Alguns dos temas, temos certeza, dominarão sobremaneira a opinião pública, já que ganharão fatalmente o maior destaque e a maior cobertura dos veículos de comunicação da massa. São aqueles que examinarão - em teses, proposições, recomendações - a adoção de medidas tendentes a garantir uma melhor qualidade dos produtos agrícolas. Mostrarão o comprometimento das safras pelo uso inadequado de herbicidas, fungicidas, adubos químicos, capítulo hoje da mais suma importância na vida do homem moderno, já que, se por um lado se reconhece seria impossível alimentar os bilhões deste planeta sem o recurso de tais produtos, por outro, também é forçoso reconhecer que, a partir de um certo momento, com seu uso incorreto, eles se tornam inimigos do homem ao qual devem servir.

O XI Congresso Brasileiro de Agronomia chega a Curitiba também numa hora de convocação, quando a agricultura é chamada, com ênfase particular, a resolver os mais importantes e candentes problemas da atualidade: nacional, como: o restabelecimento do equilíbrio da balança comercial, melhoria do abastecimento interno, melhoria dos padrões de alimentação, combate à inflação, preservação ambiental, êxodo rural, novas fontes produtoras de energia, entre outros.

Neste encontro nacional de agronomia, ouviremos, certamente, números a dimensionar a importância que o País atribui à sua atividade de cultivo da terra. Números que lembrarão que o Brasil obtém uma receita de quatorze bilhões de dólares na exportação de seus produtos, despendendo vinte e cinco bilhões de dólares nas importações e também com compra de serviços. Um "déficit", pois, de onze bilhões de dólares, a exigir uma saída que, a curto e médio prazos só acreditamos possível com o socorro da agricultura.

O Congresso de Agronomia vai certamente lembrar que a atividade agrícola já está absolutamente empenhada em suprir nossas necessidades energéticas, através de recursos renováveis, com capital, tecnologia e mão-de-obra nacionais.

Subordinado ao tema "Alimento, Energia, Vida", o XI Congresso Brasileiro de Agronomia, aglutinando em torno de comissões e debates de plenário nomes da maior expressão na categoria de engenheiros-agrônomo, vai examinar o processo inflacionário, hoje atingindo seus níveis mais altos - desde 1964 - e vinculando-o diretamente ao item alimentação. Mostrarão os agrônomos brasileiros que só uma agricultura com altos índices de produtividade, poderá constituir o remédio seguro para estancar esse mal que conturba, compromete, ameaça até a segurança desse País. Solução que deve vir através de produção mais abundante, por menores custos. O conflito a que já me referi anteriormente, entre o uso de defensivos de forma indiscriminada versus preservação ambiental, vai também ao exame dos senhores agrônomos, ao exame da comunidade.

O mundo vive um momento de contradições enormes, que, quando solucionadas, resultarão numa nova ordem econômica, social e ecológica.

O Brasil, neste contexto, é a região do globo que apresenta o maior potencial alternativo para produção de minerais, de alimentos e de energia, fatores fundamentais nessas contradições.

A utilização deste potencial exige uma estratégia bem orientada aos objetivos realmente nacionais; uma ação bem planejada e embasada em parâmetros técnico-científicos e uma política comprometida com os anseios de nossa Pátria.

Devemos oferecer o nosso prestígio à classe agromônica do Brasil para que ela possa contribuir nesta grande tarefa de produzir alimentos em quantidade e qualidade, e produzir energia a partir da agricultura e, fundamentalmente, compatibilizar estas duas produções, para que possamos alcançar a auto-suficiência para nossa verdadeira independência.

Conclamamos, desta tribuna, os Engenheiros-Agrônomos

do Paraná a comparecerem em massa à realização deste tão importante evento que se realizará na nossa Capital no período de 22 a 26 deste mês, a fim de que possamos discutir e dar a opinião oficial da classe, ao governo e ao povo, para a solução dos problemas angustiantes que ora atravessamos."

Muito obrigado.-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constantes do expediente. Necessitam de apoio.-- **Apoiados.**-- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio.-- **Apoiado.**-- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio.-- **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio.-- **Apoiado.**-- Ao Departamento Legislativo.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 46/77 - de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dá nova redação ao artigo 141, da Lei n.º 6.147, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade.-- EM REGIME DE URGÊNCIA.--

O SR. JOSÉ TAVARES - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Para encaminhar, o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Nelson Buffara apresentou um projeto de lei que visa alterar o artigo 141, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, pretendendo, nesta alteração, proceder a proventos integrais na aposentadoria ao servidor que a consegue compulsoriamente.

Pretende, o ilustre Deputado Nelson Buffara, dar a seguinte redação ao artigo 141, "o funcionário aposentado compulsoriamente, por implemento de idade, terá proventos iguais aos percebidos em atividade". E o artigo, vigente, da referida lei, diz que ele terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

O que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é para fazer o papel do advogado, do defensor do funcionário público que que atingir 70 anos de idade. Portanto, a idade do meu pai. Ele mereça a recompensa mínima do Estado, pelos relevantes serviços que prestou à causa pública.

Entendo que todo Deputado - e já disse isto desta tribuna, nada mais é, do que um legítimo defensor do povo. E como tal, ele tem que ser digno da confiança do povo, tem que ser honesto para com o povo e acima de tudo justo, para com o povo que o elegeu. Entendo também que ninguém mais do que um velho, do que um ancião, do que um funcionário público que com raras vezes atinge a aposentadoria, através do aspecto compulsório, ele mais do que ninguém mereça por parte do Governo do Estado, uma aposentadoria condigna, justa e que venha realmente dar-lhe no fim de sua vida, melhores condições para si.

Acho que a aposentadoria em si, - e já fui servidor público, - por 12 anos, não deixa de ser uma ilusão para a função pública. É comum a gente encontrar funcionários públicos esperançosos pela sua aposentadoria; recordo-me, Sr. Presidente

Srs. Deputados, que a minha mãe quando professora primária, a coisa que ela mais queria em vida era se aposentar. Recordo-me também do seu sacrifício, para conseguir atingir a sua aposentadoria. Foi difícil. Porque acometida de doença, não pode mais seguir no exercício de suas funções. E eu a acompanhei, durante dois anos ininterruptos, pelas salas do IPE, pelas salas dos postos de saúde de Londrina, atrás de uma justificativa legal, para que ela pudesse ter no fim de sua vida, uma aposentadoria, que seria o retrato, o fruto, do sacrifício da sua luta, durante quase trinta anos de efetivos serviços prestados ao Estado do Paraná. Foi difícil, e se não fosse eu, um homem efetivamente persistente, não teria talvez conseguido aposentar a minha mãe, porque a burocracia é tamanha, que chega às vezes, a desanimar, até as pessoas. E agora? E agora que os velhos, que são poucos, muito poucos, chegam à essa condição de pleitear uma aposentadoria através do limite de idade que é 70 anos. Acho que esta Casa que é composta de homens jovens e velhos, de homens sensíveis e humanos, devem deixar de lado, o aspecto meramente constitucional e voltar a sua atenção para o aspecto social desse projeto. Venho defendê-lo, como defendi e continuarei a defender, melhor condição de vida, aos pensionistas do Estado do Paraná, às viúvas de servidores públicos, porque entendo que é nesta hora, no fim da vida, e depois dela, que as pessoas mais precisam do Estado. Espero e confio que esta Casa, sensível portanto, ao aspecto social deste projeto, vá analisá-lo com mais justeza e até mais no aspecto humanitário, vá se preocupar com aquele que é nosso pai, que amanhã seremos nós, o velho, o ancião, que almeja

no fim da sua vida pública, no fim de sua carreira funcional, que seja pelo menos, reconhecido pelo Estado, a que ele tanto serviu.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu voto favorável e os meus cumprimentos ao autor deste projeto de lei e o meu apelo sincero à bancada liderada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, para que deixe de lado o aspecto constitucional, mas olhe, isto sim, o aspecto social e humano deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

Aprovado. (Pausa)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) -- Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa)

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

(Pausa).

11 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já marcada anteriormente.

Levanta-se a sessão.